

Agravos em suas diversas modalidades

Leis 8.950, 8.951, 8.952/94, 9.139/95 e 9.756/98, inclusive com a construção do agravo, a teor do art. 557, § 1º, do CPC, em face do alcance do regimento interno do TRF-1ª Região.*

*Manoel Lopes de Sousa***

Breve introdução:

Considero privilégio raro me defrontar com auditório tão seleta na minha terra, depois de longos anos de ausência, onde, de qualquer modo, conservo minhas raízes e muitas amizades e, por isso, agrada-me sobremodo estar aqui, agora!

Temática da palestra:

O tema que se examina nesta despretensiosa conversa trata sobre agravos, em suas diversas modalidades, como já é do conhecimento de todos. E, dentro de tal contexto, cabe-me pontuar, de início, que ele se insere na reforma processual consubstanciada nas Leis 8.950, 8.951, 8.952/94, 9.139/95 e 9.756/98.

2. Mister anotar que a Lei 8.950, de 13/12/94, trouxe à baila a atual construção e conformação para o agravo de instrumento catalogado nos arts. 544 e 545 da Lei Instrumental Civil. Essa reforma teve a *vacatio legis* de 60 (sessenta) dias para a sua entrada em vigor em 13/02/1995, dada a extensão e amplitude das inovações introduzidas no diploma processual civil. Observe-se, no particular, que essa modalidade de agravo deve ser

conceituada apenas para destrancamento de recursos, máxime os de natureza extraordinária (recurso de revista – na área trabalhista, especial – no STJ, e extraordinário – no STF). Assinale-se que a inserção dos arts. 544 e 545, veio como sucedâneo do art. 28, da Lei 8.038, de 28/05/90 (Lei de Recursos – LR), que fora revogado.

3. Tem como novidade a construção de tal recurso:

- Prazo: ampliação de 5 para 10 dias;
- Peças: apresentação e não mais indicação, pois com isto o agravante terá maior responsabilidade na formação do instrumento. E, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, terá de apresentar cópia do acórdão recorrido, da pe-

* Palestra proferida no III Simpósio de Direito Público da Advocacia-Geral da União – Teresina/PI → Sob os auspícios do Centro de Estudos Victor Nunes Leal/AGU e Procuradoria-Regional da União – 1ª Região – Brasília/DF

** Procurador-Regional da União – 1ª Região e Professor Universitário

tição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. Tal inovação entenda-se como racionalizadora e de molde a imprimir celeridade no desfecho do recurso.

4. Anote-se, mais, que o agravante poderá apresentar tantas peças quanto julgar necessárias para a melhor compreensão no julgamento do agravo, já na fase de mérito, até porque, no § 3º, do art. 544, tem a previsão de o Relator, se provido o agravo, convertê-lo em recurso especial ou extraordinário e, daí em diante, imprimir o procedimento próprio do recurso principal. Se ambos admitidos, subirá, em primeiro lugar, o recurso especial (art. 544 § 4º).

5. Prevê o art. 545, do CPC, que na hipótese de o Ministro-Relator não admitir ou negar provimento ao agravo, caberá agravo regimental para o órgão julgador, no prazo de 5 (cinco) dias, ressalvando-se que, em se tratando da União e demais entes públicos, esse prazo é em dobro, como em todas as outras hipóteses, à luz do art. 188, do CPC.

6. Posteriormente, e para ser coerente, no curso da reforma processual, então, em marcha, adveio a Lei 9.139, de 30/11/95, com *vacatio legis* de 60 (sessenta) dias, como de estilo, dada a mudança estrutural ampla e profunda de regras processuais, tais como:

- Capítulo III – do agravo, incidindo em nova conformação dos arts. 522 a 529, todos da Lei

Processual Civil. Veja-se, como ponto de partida, o novo art. 522, *in verbis*:

Art. 522 – Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, retido nos autos ou por instrumento.

Parágrafo único – O agravo retido independe de preparo.

7. Assinale-se que não se conhecerá o agravo na modalidade de retido, se a parte não o requerer, expressamente, nas razões ou na resposta de apelação, sua apreciação pelo Tribunal (art. 523, § 1º, do CPC). Interposto tal agravo o Juiz monocrático poderá reformar sua decisão, depois de ouvir a parte contrária em 5 (cinco) dias (*idem*, § 2º). Note-se mais que, das decisões interlocutórias proferidas em audiência, sempre será possível a interposição oral do

agravo retido, a constar do respectivo termo, com exposição sucinta das razões que justifiquem o pedido de nova decisão (*idem*, § 3º). Enfim, neste tópico, dir-se-á que será sempre retido o agravo das decisões ulteriores à sentença, salvo na hipótese de inadmissão da apelação.

8. Vê-se, no art. 524 do diploma processual em análise, que o agravo de instrumento será, desde o advento da reforma deste Capítulo III, dirigido diretamente ao Tribunal competente, através de petição com os seguintes requisitos:

- I- a exposição do fato e do direito;
- II- as razões do pedido de reforma da decisão;
- III- o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo.

(...) será sempre retido o agravo das decisões ulteriores à sentença, salvo na hipótese de inadmissão da apelação.

9. Acentue-se que o art. 525, do CPC, em harmonia e coerência com o padrão do agravo previsto nos arts. 544 e 545, também impõe, com relação às peças, a seguinte linha instrutória do recurso:

I- obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

II- facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

10. No § 1º do aludido artigo, vê-se da obrigatoriedade do acompanhamento do comprovante do pagamento das respectivas custas e porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais. Registre-se, contudo, que a União e suas Autarquias e Fundações, bem como os Estados, Municípios e Distrito Federal, estão isentos de tal exigência, a teor do art. 511, § 1º, do CPC, Súmula 187/STJ e Medida Provisória 2.180-35, de 24/08/01.

11. E, no § 2º, dispõe que a petição recursal será protocolizada no tribunal, ou postada no correio, sob registro, com aviso de recebimento, ou, ainda, interposta por outra forma prevista na lei local.

Dentro da nova construção do agravo de instrumento do Capítulo III, note-se alteração de profundidade, com a sistemática concebida para o recurso...

12. No art. 526, do Código de Processo Civil, apreende-se que o agravante, no prazo de 03 (três) dias, deverá,

requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia de petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, bem assim a relação dos documentos que instruíram o recurso. No particular, há Relatores no TRF-1ª Região que exigem a comprovação de tal procedimento, embora não haja previsão legal, tanto que o egrégio STJ já decidiu na direção de que tal exigência é desnecessária, com o que se concorda plenamente.

13. Dentro da nova construção do agravo de instrumento do Capítulo III, note-se alteração de profundidade, com a sistemática concebida para o recurso, como se vê de seus incisos e parágrafo único:

Art. 527 – Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído *incontinenti*, se não for caso de indeferimento liminar (art. 557), o relator:

I- poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

II- poderá atribuir *efeito suspensivo ao recurso* (art. 558), comunicando ao juiz tal decisão;

III- intimará o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender convenientes; nas comarcas sede de tribunal, a intimação far-se-á pelo órgão oficial;

IV- ultimadas as providências dos incisos anteriores, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Na sua resposta, o agravado observará o disposto no § 2º do art. 525.

(...) os agravos, dentro da adequação atual, trouxeram inegáveis vantagens, em termos de racionalização, com vista a celeridade e praticidade de seus efeitos (...)

14. Observe-se mais: os arts. 528 e 529, que têm o condão de complementação da tessitura dos artigos anteriores, direcionam a nova formação do agravo de instrumento deste Capítulo III:

Art. 528 — Em prazo não superior a 30 (trinta) dias da intimação do agravado, o relator pedirá dia para julgamento.

Art. 529 — Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo.

15. Na verdade, é de se dizer que os agravos, dentro da adequação atual, trouxeram inegáveis vantagens, em termos de racionalização, com vista a celeridade e praticidade de seus efeitos, bastando-se sopesar a faculdade inserta no inciso II, do art. 527, do comentado Código, que tem o mérito palpável e prático no sentido de evitar-se a banalização do instituto nobre do mandado de segurança que, na regra anterior, era usualmente utilizado para imprimir *efeito suspensivo* aos agravos interpostos perante o juízo de primeira instância. É, afinal, um exemplo claro de que nas modificações advieram procedimentos hábeis e ágeis, para uma melhor e mais rápida prestação jurisdicional, tão almejada pelos operadores do Direito e jurisdicionados.

16. Frise-se, em última análise, que — além de não mais, como regra, se usar o método banalizador do instituto nobre do mandado de segurança, utilizado de maneira, muitas das vezes, atípica — concorre para desburocratizar o Poder Judiciário, evitando-se a impetração de *mandamus*, de modo oblíquo, porquanto nem sempre se evidenciariam os pressupostos imprescindíveis do

direito líquido e certo, para impulsioná-lo, a teor da Lei 1.533/51. Logo, sem *plausibilidade* jurídica inarredável e insofismável.

17. Do *efeito suspensivo*, poder-se-ia aduzir que sempre deverá ser colocado em peça instrumental rigorosamente fundamentada, tanto em nível infraconstitucional como constitucional, jurisprudencial e doutrinário, presente o argumento calcado no *dano irreparável e de difícil recuperação*, vislumbrando-se, com clareza meridiana, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Diferentemente, do que ocorre com o *instituto da suspensão de segurança ou de liminar, via absolutamente estreita*, que é da exclusiva competência do Presidente do Tribunal a quem a questão está afeta. Nesta hipótese, o cerne de tudo é evitar a *grave ou gravíssima lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas e, por extensão, à ordem jurídica* (art. 4º, da Lei 8.437, de 30/06/1992).

18. Aliás, diga-se que, no Tribunal Regional Federal — TRF 1ª Região, tal instituto opera em toda a plenitude e com resultados extremamente positivos em prol da Justiça e dos jurisdicionados dessa extensa e complexa região geográfica que comporta quatorze Unidades da Federação.

19. A Lei 9.756, de 17/12/1998, dentro do diapasão de aperfeiçoamento dos mecanismos introduzidos pelas leis já colacionadas, dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. No art. 542, § 3º, criou o agravo retido nas hipóteses de recursos extraordinário e especial, de igual modo, no art. 544, já analisado, também exsurgiu o § 3º, pela ordem, *ipsis litteris*:

Art. 542 – (... omissis)

§ 3º O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reinterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.

20. Esse procedimento, a meu ver, é inócuo e despido de qualquer praticidade, no manejo processual do feito. Contudo, sustentam seus defensores que serve, ao menos, para evitar a *preclusão* de determinada *nuança* em debate e objeto da decisão atacada na via interlocutória, como definido antes no art. 542.

Art. 544 - (... omissis)

§ 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial.

21. Vale a pena dissecar, sucintamente, o que passaram a dispor os arts. 545 e 557, *in verbis*:

Art. 545. Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorri-

do, caberá agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 557.

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente, para julgamento do recurso, e, se não houver reatuação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 2º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

22. Aborde-se, ainda, o instituto do agravo regimental que, pela própria terminologia, significa tratar-se de agravo construído e regulado pelos Regimentos Internos dos Tribunais, com a finalidade de refutar decisões monocráticas dos presidentes e/ou relatores de órgãos colegiados, a partir do próprio Presidente do Tribunal questionado.

(...) existe agora, de cunho legal, o agravo concebido no § 1º do art. 557, com característica e dimensão do agravo regimental, em princípio. Num e noutro caso, o objetivo final é fazer o órgão plural apreciar o recurso interditado pelos presidentes e/ou relatores de colegiados dentro do tribunal em que é apreciada a demanda.

Aliás, entre muitos aspectos normativos, de relevantes interesses da vida da própria Corte. Paralelamente, existe agora, de cunho legal, o agravo concebido no § 1º do art. 557, com característica e dimensão do agravo regimental, em princípio. Num e noutro caso, o objetivo final é fazer o órgão plural apreciar o recurso interditado pelos presidentes e/ou relatores de colegiados dentro do tribunal em que é apreciada a demanda.


23. Permito-me, neste tópico, colacionar ponderações de doutrinadores eméritos, a exemplo de *Teresa Arruda Alvim Wambier*, *José Carlos Barbosa Moreira*, *Vicente Greco Filho*, *José Miguel Garcia Medina*, dentre outros, no tocante à numeração atribuída ao art. 557, §1º-A e §1º, por se mostrar atécnica em nível processual e, também, quanto à aplicação da multa em agravo de instrumento (art. 557, § 2º), no caso de julga-


mento do recurso como manifestamente improcedente ou infundado.


24. Nesse contexto, no entendimento desses eminentes doutrinadores, a sanção, além de inadequada, resultaria no cerceamento de defesa e prejudicial ao contraditório e ao devido processo legal, por não permitir novo recurso, condicionando-o ao depósito do respectivo valor em favor do agravado.


25. Em síntese, pontificam eles ser necessária a observância da distinção entre jurisprudência *pacífica* (aquela quase inamovível, ou seja, consagrada) e jurisprudência *dominante* (a que ainda é objeto de discussão e, destarte, sujeita a refutação e questionamentos correntes) quer no Excelso Pretório – STF, quer no Superior Tribunal de Justiça – STJ.




 A *Revista* publica artigos gentilmente cedidos pelos autores.

 As opiniões emitidas nos artigos não refletem, necessariamente, o posicionamento do Conselho Editorial da *Revista*, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

 A remessa e o recebimento de matérias não implicam a obrigatoriedade de publicação.

 Dá-se preferência a trabalhos inéditos ou apresentados em eventos públicos (congressos, seminários, palestras etc.).

 Solicita-se que o autor envie os artigos por e-mail ou disquete, em arquivo Word, onde conste também sua qualificação profissional/acadêmica e endereço.

